AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

REUNIÃO
DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Brasília, 20 de agosto de 2021

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 20/08/2021

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA NO CONTEXTO DA PANDEMIA
Agravamento da crise sanitária e aprofundamento da crise econômica, social, ambiental e política.
Avanço da pauta do grande capital em diversos projetos aprovados em 2021 no Congresso Nacional.
Elevação dos juros pelo Banco Central e impactos para a sociedade e para a dívida pública.
Retrocessos para a sociedade em 2021: contrarreforma trabalhista, auxílio emergencial reduzido, PEC 32.

2 - PEC 32
Resumo das atividades realizadas pela ACD: Diversos artigos e palestras; Carta Aberta sobre a PEC 32; Interpelação Extrajudicial sobre PEC 32 e 186 às lideranças no Senado e Câmara; Posts e compilação dos 25 questionamentos; realização de lives com representantes de entidades apoiadoras; Cartilha Popular elaborad pelo Núcleo Capixaba da ACD, Ferramenta para pressionar parlamentares.
Mobilização

3 - AMEAÇA AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS: REGIME DE "RECUPERAÇÃO" FISCAL e "SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS"
Breve exposição seguida de encaminhamento de propostas para divulgar o conhecimento desse nocivo regime que perpetua o Sistema da Dívida nos estados e fere a sua autonomia ao designar conselho que tem mais poderes que os governadores e as assembleias legislativas estaduais.

4 - NÚCLEOS NOS ESTADOS – Importância dos pedidos de informações para conhecimento da dívida dos estados e suas inconsistências, pois essa chamada dívida é a base para o RRF, entre outros danos. Informes

5 - CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS
Nova turma: Inscrições abertas de 20/08/2021 a 01/10/2021 e início das aulas em 04/10/2021. Pedimos apoio para divulgação e patrocínio de filiados. Mais informações: https://auditoriacidada.org.br/cursos/

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 20/08/2021

6 - QUESTIONAMENTO A ANDRÉ MENDONÇA SOBRE PARECER EQUIVOCADO DA AGU
Parecer afirma que a "Securitização de Créditos Públicos", que funciona como um consignado de recursos públicos, não envolveria garantias públicas, sendo que não existe garantia mais robusta que a própria entreg do fluxo de arrecadação.
Ferramenta da ACD para envio de e-mails a senadores com um clique

7 - CARTA AOS MINISTROS DO STF SOBRE INDEPENDENCIA DO BANCO CENTRAL - ADI 6696
Proposta de carta a ser enviada aos Ministros do STF para que saibam que a sociedade civil está acompanhando os votos já proferidos pelo relator, Ministro Lewandowski, que reconheceu a inconstitucionalidade do PLP 19/2019, e repudia os graves equívocos contidos no voto do Ministro Barroso e seu voto na referida ADI.

8 - INCONSTITUCIONALIDADES DA LEI 14.185/2021 QUE LEGALIZA A BOLSA-BANQUEIRO E REVOGA PARTE DA CHAMADA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

- Breve exposição e articulação para ingresso de ADI junto ao STF, bem como representação junto ao TCU face à sorrateira revogação de parte da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

9 - RETOMADA DO JULGAMENTO DA AÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA AUDITORIA DA DÍVIDA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL https://bit.ly/37Cw5HA

10 - II CONCURSO DE REDAÇÃO E POST – Iniciativa visa incentivar a participação da juventude na produção de conteúdos sobre o Sistema da Dívida. Inscrições abertas até 30/09/2021 conforme Edital https://bit.ly/3lUIj6t

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 20/08/2021

11 - AVALIAÇÃO SOBRE O SEMINÁRIO NACIONAL CELEBRATIVO DOS 20 ANOS DA ACD ***"Centralidade do Sistema da Dívida no modelo econômico que amarra o Brasil e a urgência de Auditoria Integral com Participação Social",*** realizado em 10 painéis no período de 11/06/2021 a 09/07/2021 conforme vídeos e materiais disponíveis em (https://auditoriacidada.org.br/conteudo/seminarionacionalacd2021/), contou com ampla participação e engajamento. O Seminário concluiu as atividades comemorativas dos 20 anos da ACD iniciadas por Live especial com a participação dos Núcleos e entidades colaboradoras em 02/09/2020 (https://bit.ly/3sowLJC) e em seguida o congresso internacional "O Sistema da Dívida em tempos de Financeirização e a importância da auditoria para interromper a barbárie" realizado em parceria com a Red Internacional de Cátedras (https://bit.ly/3nPWHdS).

12 - SEMINÁRIOS REGIONAIS virtuais sobre a contrarreforma do Estado e a dívida pública, envolvendo as três esfera do serviço público no combate à pandemia. Proposta será apresentada durante a reunião.

13 - NOVA FASE DA CAMPANHA "É HORA DE VIRAR O JOGO" https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/
Após a conclusão da primeira fase, que contou com 24 vídeos e diversos textos e materiais explicativos, a campanha prossegue em nova fase de ações concretas. Para enfrentar o Sistema da Dívida, o primeiro passo é a auditoria, especialmente agora que a dívida foi colocada como prioridade máxima na Constituição pela EC 109, e novos mecanismos aumentam o desfio da auditoria, pois a dívida sequer é registrada como dívida: Bolsa-banqueiro (Lei 14.185/2021) e Securitização de Créditos Públicos. Debate sobre outras iniciativas.

14 - CONVITE PARA QUE A ACD APOIE O PORTAL DA VACINA www.portaldavacina.com.br . Deliberar

15 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA - Doações podem ser feitas via PagSeguro https://auditoriacidada.org.br/doacao/ e PIX

16 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA D COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB)
Participação em grupos de pesquisa. Divulgação da cartilha círculos bíblicos "Auditoria da Dívida Pública: vamos fazer?" produzida pela CNBB https://www.edicoescnbb.com.br/produto/circulos-biblicos-auditoria-da-divida-publica-vamos-fazer--70285

1 – ANÁLISE DA CONJUNTURA NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Estamos vivendo no avesso do Brasil que merecemos https://bit.ly/3AWc2QN

22 DE JULHO, 2021

"Estamos vivendo no avesso do Brasil que merecemos", por Maria Lucia Fattorelli

Estamos sob a Ditadura do Capital

https://bit.ly/39IlH2C

Congresso aprovou reformas e os juros subiram...

Imagem: Credit Suisse/Divulgação

Juro e dólar subirão se Brasil não fizer reforma em 6 meses, diz economista

Antonio Temóteo
Do UOL, em Brasília
17/01/2021 04h00

O Brasil tem seis meses para realizar reformas para equilibrar as contas públicas. Caso isso não ocorra, o preço do dólar, os juros e a inflação vão subir e o país perderá a credibilidade perante os investidores. A previsão é da economista-chefe para o Brasil do banco Credit Suisse,

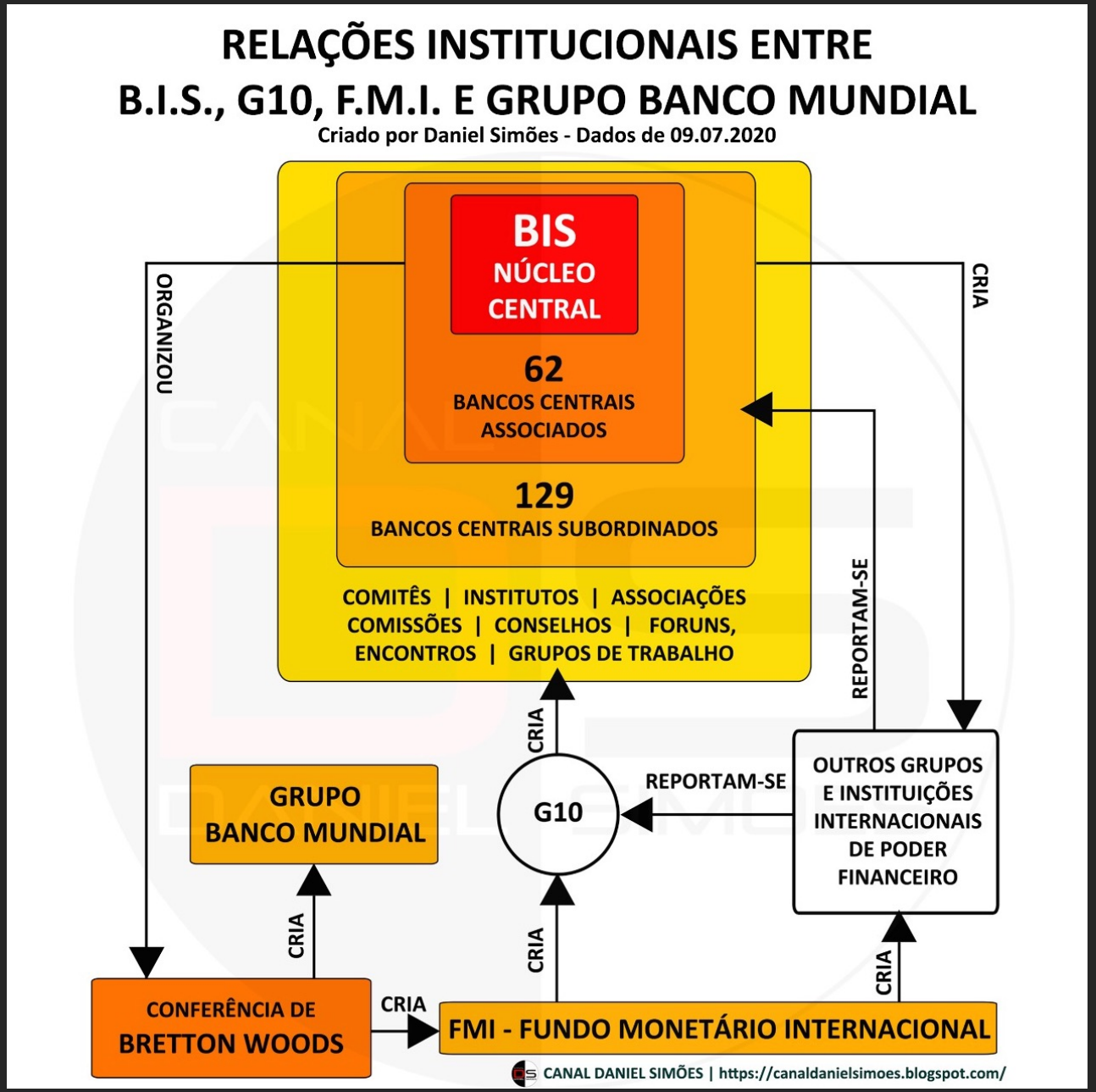
13 DE AGOSTO, 2021

Monitor Mercantil: Banco Central dispara a Selic e aprofunda a crise fabricada, por Maria Lucia Fattorelli

06 DE AGOSTO, 2021

Banco Central "autônomo" aumenta a "Taxa Selic" pela quarta vez seguida e dá mais R$ 71 bilhões de juros por ano para os rentistas

QUEM MANDA NO BRASIL ?



O BIS e o SISTEMA DA DÍVIDA

https://bit.ly/3hVPV3Z

BANCO PRIVADO BIS:

Centro do poder de regulamentação e supervisão financeira global

https://bit.ly/35mCy7h

AVANÇO ACELERADO DA PAUTA DO CAPITAL

Cenário perfeito para o Capital: pânico da pandemia, aprofundamento da crise fabricada e balbúrdia política

- Independência do Banco Central (PLP 19/2019) https://bit.ly/3wyxqKC
- Elevação da taxa de juros pelo BC sem justificativa https://bit.ly/3hqhnt7
- PEC 186 (EC 109) https://bit.ly/3dnzw7q
- Dolarização e liberdade para operações em dólar no país (PL 5.387/2019) https://bit.ly/3fPqgKh Moeda digital do Banco Central
- PRIVATIZAÇÕES INSANAS https://bit.ly/3hSjYwh
- Securitização de créditos https://bit.ly/3avKVkI e Regime de "recuperação" fiscal nos Estados (LC 173 e 178) https://bit.ly/2QtekVX
- Orçamento Federal 2021 com amplo privilégio para gastos financeiros com a "dívida pública" https://bit.ly/3hW8pE9
- PEC 32 https://bit.ly/3leLUtK

MODELO ECONÔMICO ERRADO GERA CONTÍNUAS CRISES QUE "JUSTIFICAM" O DESMONTE. Como isso acontece?

- Produção de CRISES ECONÔMICAS
- Responsabilidade do setor financeiro privado (bancos) e institucional (bancos centrais, BIS, FMI, Banco Mundial)
- Aumento da "Dívida Pública" e aumento do lucro dos bancos
- Rol de medidas para "debelar a crise" e "pagar a dívida":
  - Planos de Ajuste Fiscal ou de austeridade (corte de investimentos e gastos públicos)
  - Privatizações (perda de patrimônio público)
  - Contrarreformas (corte de direitos)
- Consequências:
  - Redução dos serviços prestados à população
  - Aumento do desemprego, da informalidade e da precarização
  - Aumento da desigualdade social e da concentração de renda
  - Desmonte da estrutura do Estado
  - Aumento dos lucros dos bancos

O sequestro da Política e da Economia pelo rentismo e a Auditoria da Dívida Pública

- **Crise dos anos 70**: provocada pelo excesso de liquidez decorrente principalmente do fim da paridade dólar/ouro: Marco da Financeirização
- **Crise dos anos 80**: provocada pela elevação unilateral das taxas de juros internacionais (libor e prime) pelos bancos que controlavam o FED e a Associação de Bancos de Londres
- **Crise dos anos 90**: provocada por erros de política monetária, principalmente os juros abusivamente elevados, que passaram a incidir sobre volumes crescentes de "dívida interna" gerada por reconhecimento de "esqueletos" sem contrapartida alguma. Avanço das Contrarreformas e Privatizações insanas
- **Crise 2007 nos EUA e 2010 na Europa**: localizada nos bancos, provocada pela farra dos derivativos. Salvamento bancário às custas do Sistema da Dívida, planos de austeridade e privatizações

QUAL A CAUSA DA CRISE DESDE 2014? TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS

➢ Chegamos a **quase R$ 5 TRILHÕES em caixa no final de 2020:**

- **R$ 1,289 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
- **R$ 1,393 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **R$ 1,836 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

Fonte dos dados no artigo "O déficit está no Banco Central e não nos gastos sociais, disponível em https://auditoriacidada.org.br/conteudo/extra-classe-o-deficit-esta-no-banco-central-e-nao-nos-gastos-sociais-por-maria-lucia-fattorelli

A "crise fabricada" afetou Estados e Municípios

✓ Retração das Transferências Federais e Estaduais e queda de arrecadação tributária

Lucro dos bancos seguiu aumentando

Ver "Assalto aos Cofres Públicos" https://bit.ly/3xKnEp4

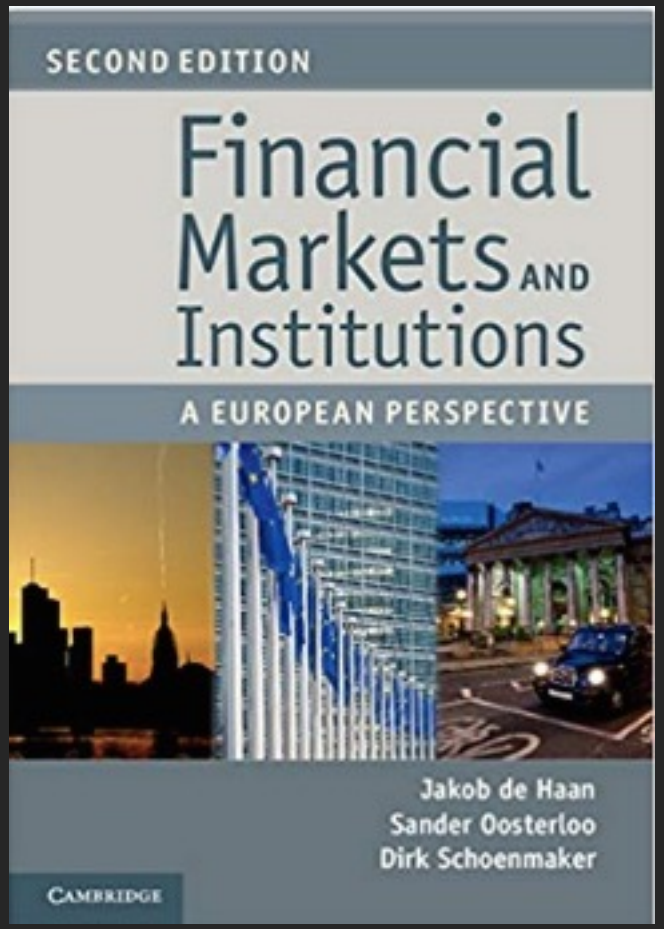
A crise que enfrentamos desde 2014 foi FABRICADA pela Política Monetária do Banco Central

https://bit.ly/3cDQuxO

https://bit.ly/39WBg5C

https://bit.ly/3liKWeM

QUAIS FATORES PRODUZEM CRISE



- **GUERRA**
- **PESTES**
- **QUEBRA DE SAFRA**
- **QUEBRA DE BANCOS**

O que provocou a crise econômica atual? https://goo.gl/HdgD1q

O CUSTO DA POLÍTICA MONETÁRIA PROVOCOU A CRISE ATUAL

MENU G1 ECONOMIA

30/09/2015 13h00 - Atualizado em 30/09/2015 15h20

BC tem prejuízo de quase R$ 120 bilhões no ano com swaps cambiais

Na parcial deste mês, até a última sexta, perda do BC somou R$ 44 bilhões
No ano, até dia 25 de setembro, prejuízo já soma quase R$ 120 bilhões.

Alexandro Martello
Do G1, em Brasília

FACEBOOK

Com a disparada do dólar, o Banco Central registrou prejuízo de R$ 44,9 bilhões na parcial d
setembro, até a última sexta-feira (25), com os chamados contratos de swaps cambiais -
instrumentos que equivalem a venda de moeda estrangeira no mercado futuro e que atenua
as pressões sobre o dólar no mercado à vista.

saiba mais

Dólares deixam país semana passada e fluxo de setembro volta ao vermelho

De forma geral, o BC lucra com estas operações quando o dólar cai e perde quan
a cotação da moeda norte-americana sobe.

No acumulado deste ano, também até a últi
sexta-feira, as perdas da autoridade monetá
superaram a barreira dos R$ 100 bilhões e
somaram R$ 119,17 bilhões. Os números foram divulgados pela própria instituição nesta qua
feira (30).

2015:

- ✓ Juros elevadíssimos (14,25%)
- ✓ Remuneração da sobra de caixa de R$ 1 TRI dos bancos
- ✓ Prejuízos com Swap Cambial e outros prejuízos do BC
- ✓ Emissão excessiva de títulos da dívida interna

Dívida Interna cresceu R$ 732 bilhões em 11 meses de 2015

Investimento Federal em 2015: R$ 9,6 bilhões

O Banco Central está suicidando o Brasil https://bit.ly/2EQSXWf

PARA QUE TEM SERVIDO A "CRISE FABRICADA" PELA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL

CRISE TEM JUSTIFICADO MEDIDAS RESTRITIVAS

- ✓ EC 95 (PEC do Teto)
- ✓ EC 93 (aumento da DRU para 30%)
- ✓ Lei Complementar 159/2017
- ✓ Desonerações danosas ao financiamento da Seguridade Social
- ✓ Reformas Trabalhista, da Previdência e Administrativa (PEC 32)
- ✓ Privatizações insanas
- ✓ Esquema Fraudulento: "Securitização de Créditos Públicos"
- ✓ Autonomia do Banco Central, "legalização" da remuneração da sobra de caixa dos bancos – PL 3.877/2020, PLP 19/2019
- ✓ Plano mais Brasil para banqueiro: PEC 186, 187 e 188
- ✓ PEC 438
- ✓ EC 106, EC 109

Documento da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa (PEC 32) também usa a "crise" como justificativa para essa contrarreforma

FRENTE PARLAMENTAR DA
REFORMA ADMINISTRATIVA

Carta de apresentação

A crise iniciada em 2014 e a dificuldade em retomar a economia, que persistem nos dias atuais, tornam clara a baixa capacidade de resposta do Estado brasileiro aos desafios contemporâneos. Concluímos uma década com um dos piores índices de crescimento de nossa história. Problemas sociais que pareciam

https://bit.ly/39WBg5C

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA! Por que faltam recursos para investimentos?

https://bit.ly/3tTi0yX

https://bit.ly/3xajy98

Em vez de instalar uma CPI para investigar o Banco Central e as operações que têm causado rombo e crise, Câmara priorizou dar autonomia e liberdade total, aprovando os inconstitucionais PLP 19/2019 e PL 3.877/2020

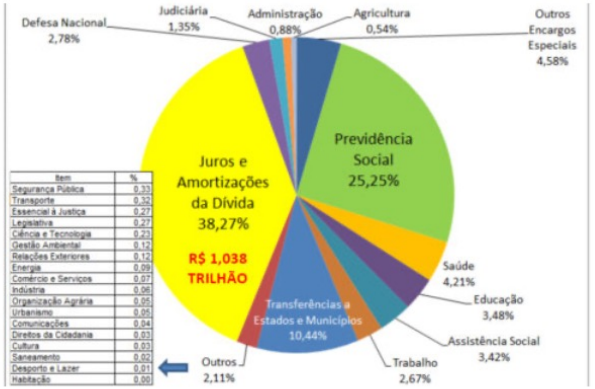
Para que tem servido a dívida pública?

27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Divida Pública que você paga?

https://bit.ly/36AbwLJ

Audiência Pública
CAE/Senado



Item	%
Segurança Pública	0,33
Transporte	0,32
Essencial à Justiça	0,27
Legislativa	0,27
Ciência e Tecnologia	0,23
Gestão Ambiental	0,12
Relações Exteriores	0,12
Energia	0,09
Comércio e Serviços	0,07
Indústria	0,06
Organização Agrária	0,05
Urbanismo	0,05
Comunicações	0,04
Direitos da Cidadania	0,03
Cultura	0,03
Saneamento	0,02
Desporto e Lazer	0,01
Habitação	0,00

11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

https://bit.ly/39ITU24

Artigo

05 DE ABRIL, 2021

LIVE: Auditoria Cidadã revela mecanismos e jogadas da Dívida

https://bit.ly/3dwIxvP

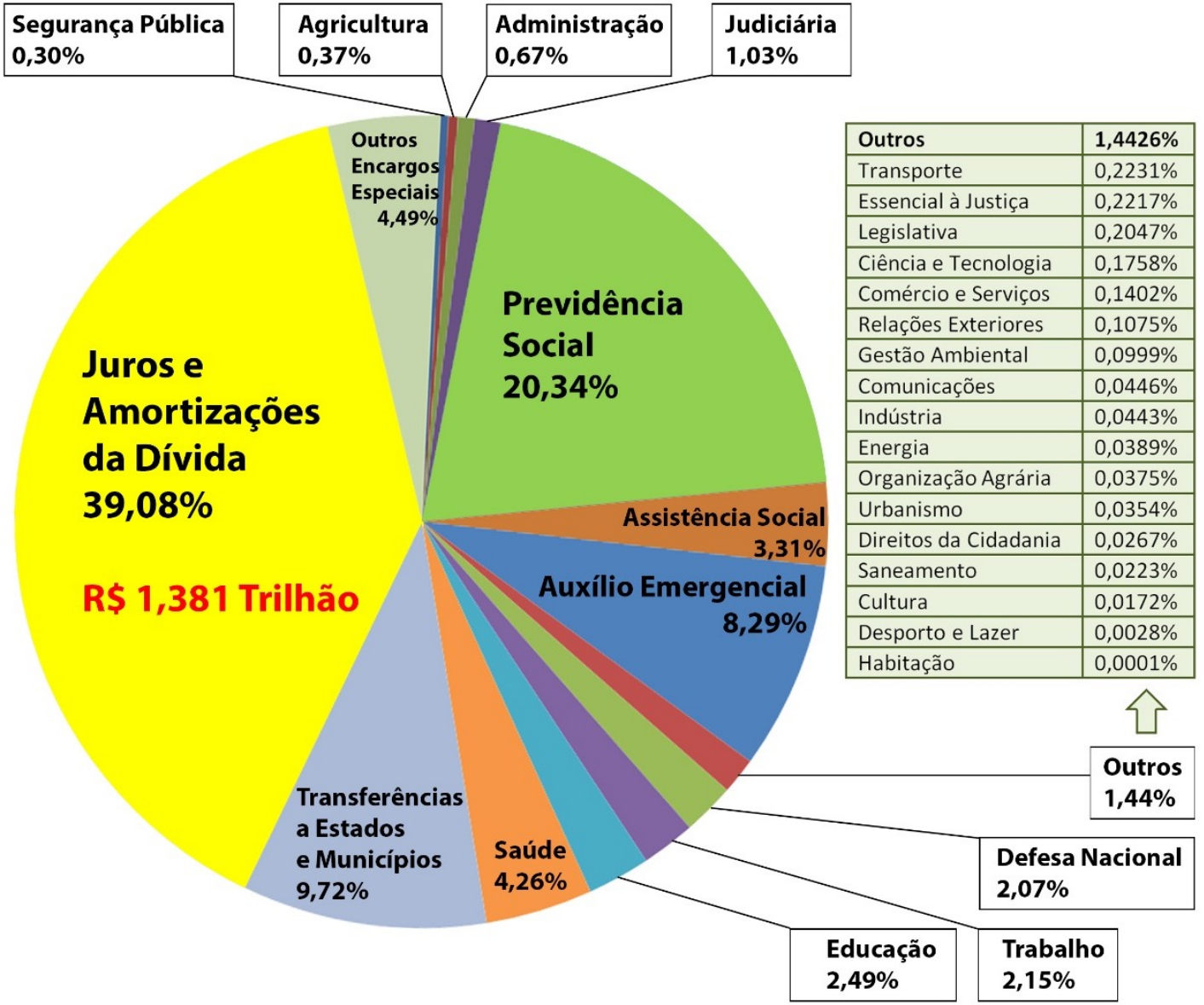
LIVE

TCU afirma que dívida não serviu para investimento no país

https://bit.ly/2NTPlJo

Orçamento Federal Executado (pago) em 2020 = R$ 3,535 TRILHÕES

Inclui gastos do "Orçamento de Guerra" autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020



Outros	1,4426%
Transporte	0,2231%
Essencial à Justiça	0,2217%
Legislativa	0,2047%
Ciência e Tecnologia	0,1758%
Comércio e Serviços	0,1402%
Relações Exteriores	0,1075%
Gestão Ambiental	0,0999%
Comunicações	0,0446%
Indústria	0,0443%
Energia	0,0389%
Organização Agrária	0,0375%
Urbanismo	0,0354%
Direitos da Cidadania	0,0267%
Saneamento	0,0223%
Cultura	0,0172%
Desporto e Lazer	0,0028%
Habitação	0,0001%

Fonte: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw

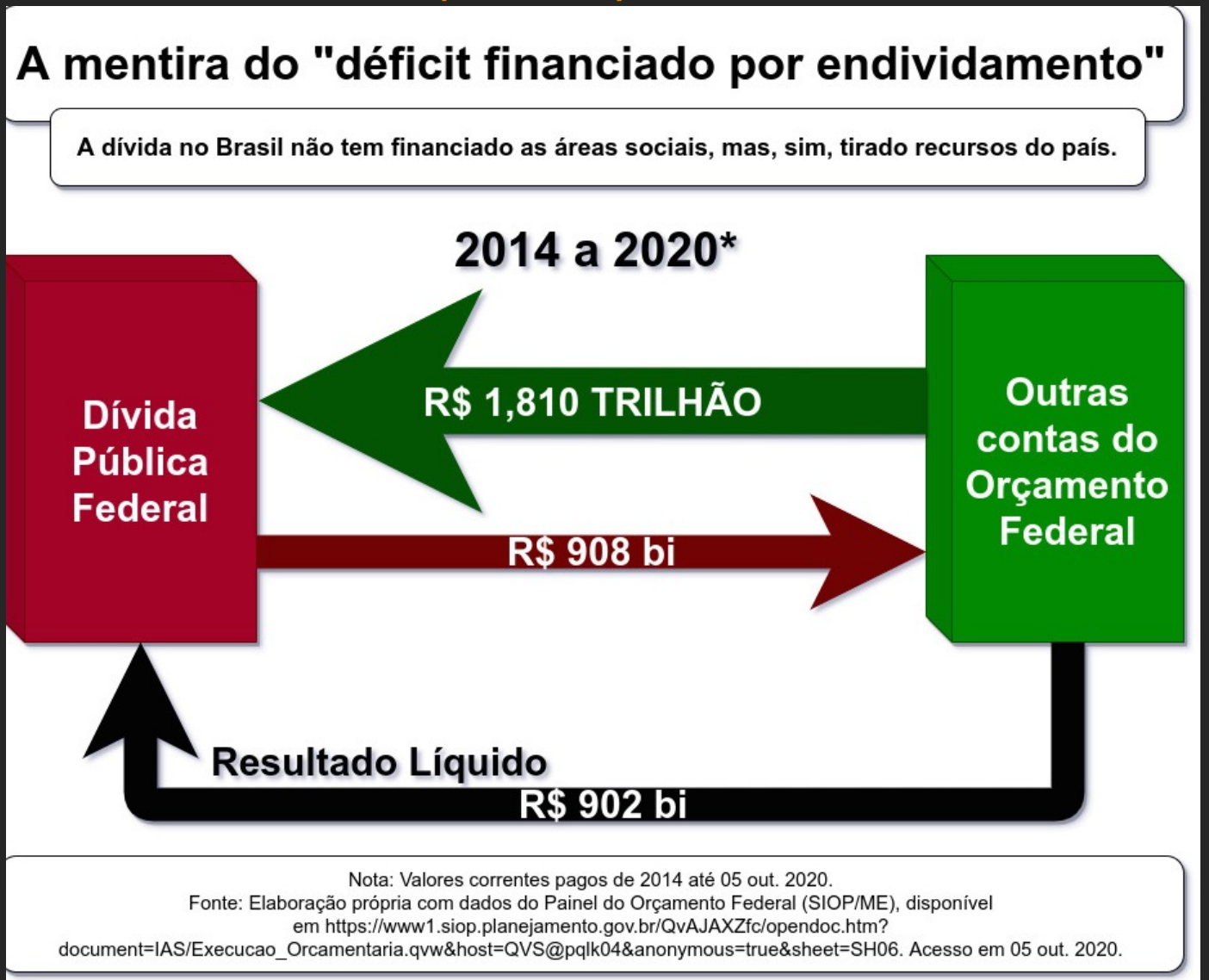
Nota: Consulta em 15/1/2021. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Inclui o chamado "Orçamento de Guerra", aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com exceção das Funções "Encargos Especiais" e "Assistência Social", cujas parcelas foram desmembradas de acordo com a natureza da despesa. A Função "Encargos Especiais" foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (compostos principalmente de gastos de R$ 50 bilhões com o cumprimento de Sentenças Judiciais, e gastos de R$ 58 bilhões com garantias dadas aos bancos no âmbito do PRONAMPE, no valor de R$ 38 bilhões, e no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos no valor de R$ 20 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas). A Função "Assistência Social" foi desmembrada para destacar a parcela referente ao "Auxílio Emergencial", mostrada separadamente no gráfico.

Em 2020 o gasto com a dívida foi o que mais cresceu! **A Educação perdeu recursos** em termos percentuais e nominais (Ver tabela 2 em

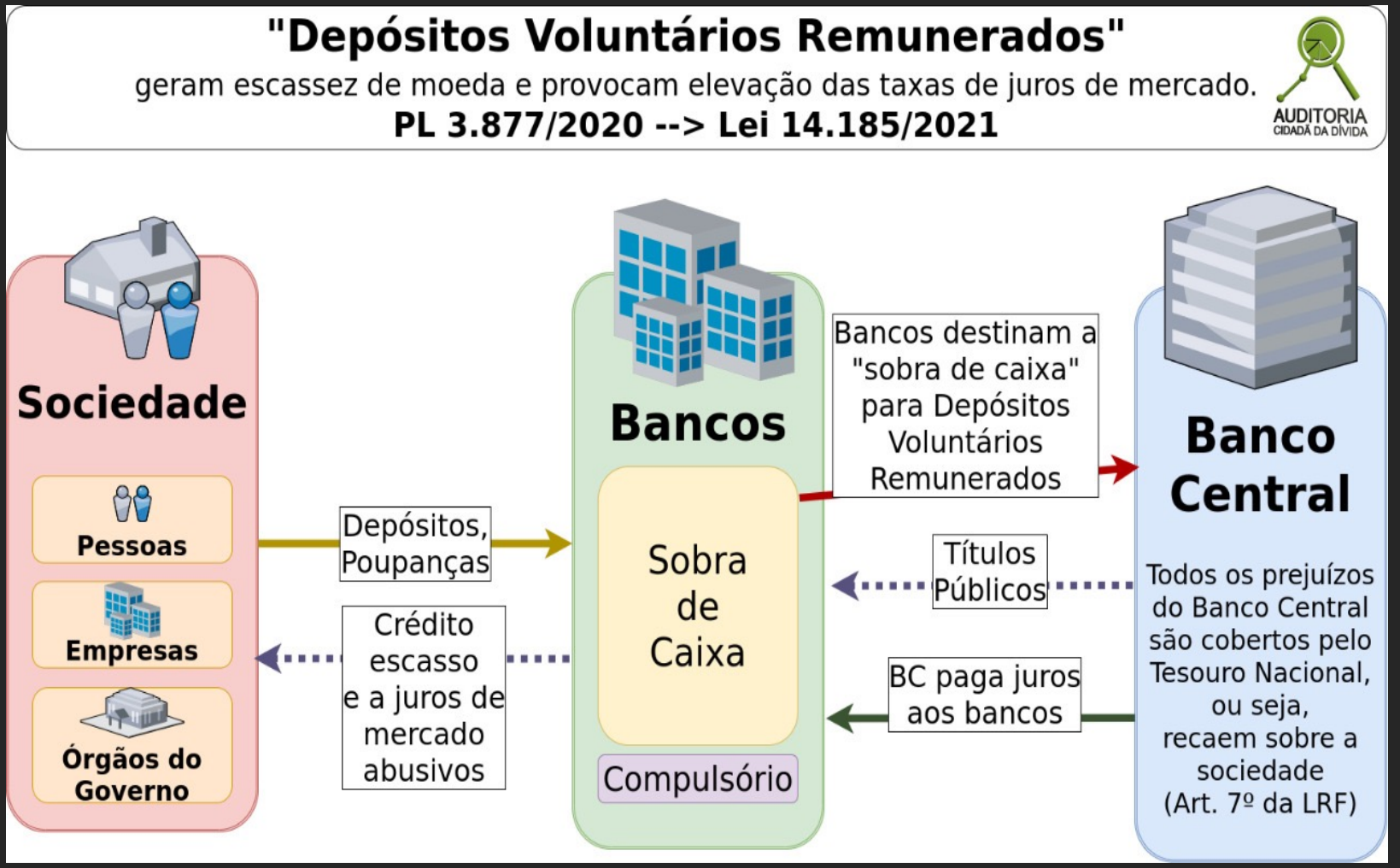
https://bit.ly/3pOSvvH

Manobra tem usado recursos que poderiam ser destinados a gastos sociais para pagar dívida, em volume muito maior que a emissão de títulos para cobrir gastos sociais

https://bit.ly/2S72v8v



BOLSA-BANQUEIRO: Principal mecanismo responsável pela "crise fabricada" a partir de 2014, provocando escassez de moeda, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida e rombo aos cofres públicos.



Ver: Assalto aos cofres públicos https://bit.ly/3coiw27 e https://bit.ly/2YboFpY

Em poucos meses de 2020 Banco Central liberou trilhões aos bancos

Capítulo 2 – Temas selecionados

Tabela 2.1.3.2 - Medidas para salvaguardar a estabilidade financeira
Fonte: Banco Central do Brasil

Medida	Potencial	Implementado
Liberação de liquidez	**R$ 1.274 bi**	**R$ 352,5 bi**
Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR)	R$ 135 bi	R$ 135 bi
Liberação de adicional de compulsório	R$ 70 bi	R$ 70 bi
Flexibilização de LCA	R$ 2,2 bi	R$ 2,2 bi
Empréstimo com lastro em LF garantidas	R$ 670 bi	R$ 54,9 bi
Compromissadas com títulos soberanos brasileiros	R$ 50 bi	R$ 23,2 bi
Novo DPGE	R$ 200 bi	R$ 19 bi
Empréstimo com lastro em debêntures + compulsório para funding de recompra de LF	R$ 91 bi	R$ 3 bi
Alteração no cumprimento do compulsório de poupança	R$ 55,8 bi	R$ 45,2 bi
Liberação de capital	**R$ 1.348,2 bi**	**R$ 1.218,15 bi**
Overhedge	R$ 520 bi	R$ 520 bi
Redução do ACCPBrasil	R$ 637 bi	R$ 637 bi
Redução do requerimento de capital para operações de crédito a pequenas e médias empresas	R$ 35 bi	R$ 35 bi
Redução do requerimento de capital das instituições de pequeno porte	R$ 16,5 bi	R$ 16,5 bi
Redução do requerimento de capital nas exposições de DPGE	R$ 12,7 bi	R$ 1,95 bi
Otimização do capital (CGPE)	R$ 127 bi	R$ 7,7 bi
Dispensa de provisionamento por repactuação	**R$ 3.200 bi***	**R$ 889,8 bi**
Compra de ativos no mercado secundário	N.D.	-
Outras medidas		
Linha de swap de dólar com Fed	US$ 60 bi	0
Criação de linha de crédito especial para PMEs (PESE)	R$ 40 bi	R$ 6,3 bi
Imóvel como garantia de mais de um empréstimo	R$ 60 bi	-

* Crédito potencialmente beneficiado pela medida.

https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref

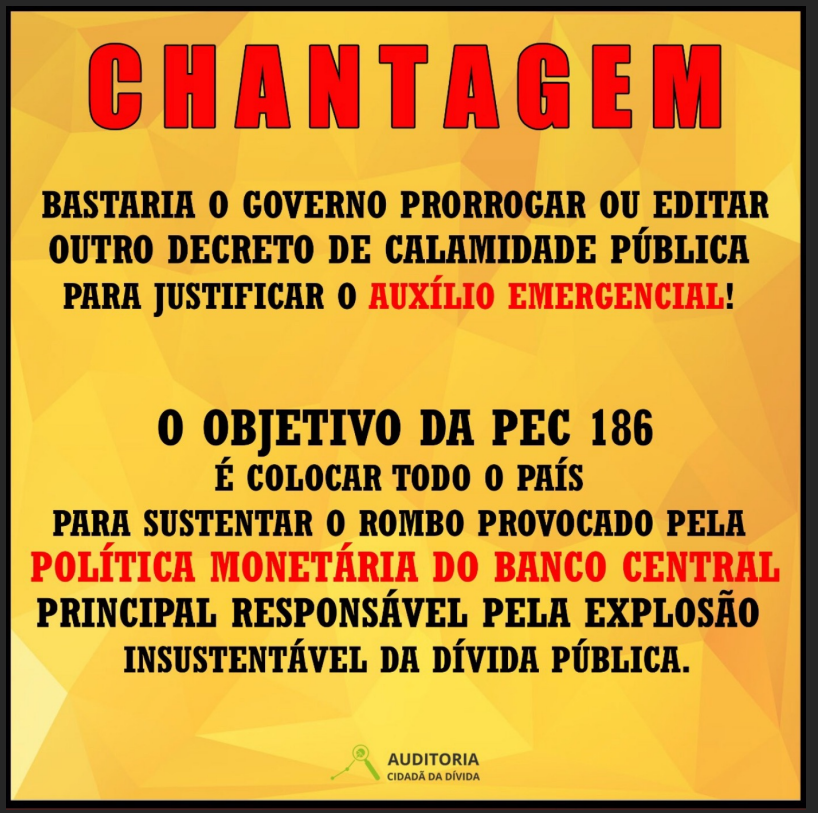
Tesouro gastou quase R$ 3 Trilhões em 10 anos para financiar o Banco Central

CUSTO DO FINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL PELO TESOURO NACIONAL			
Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sem contrapartida financeira (Bilhões de Reais)	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC (Bilhões de Reais)	Soma (Bilhões de Reais)
2010	56,86	71,51	128,37
2011	186,28	84,30	270,58
2012	117,11	89,43	206,54
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,39	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,97
Soma	1.669,97	1.230,13	2.900,11

Elaboração própria. Fonte: https://bit.ly/3hOKYtu e https://bit.ly/32CXI0h

Ver artigo “O déficit está no Banco Central e não nos gastos sociais, disponível em https://bit.ly/2YJf6P7

EC 109 LIMITA O VALOR DO AUXÍLIO EMERGENCIAL E DESTINA RECURSOS DA CONTA ÚNICA PARA A DÍVIDA



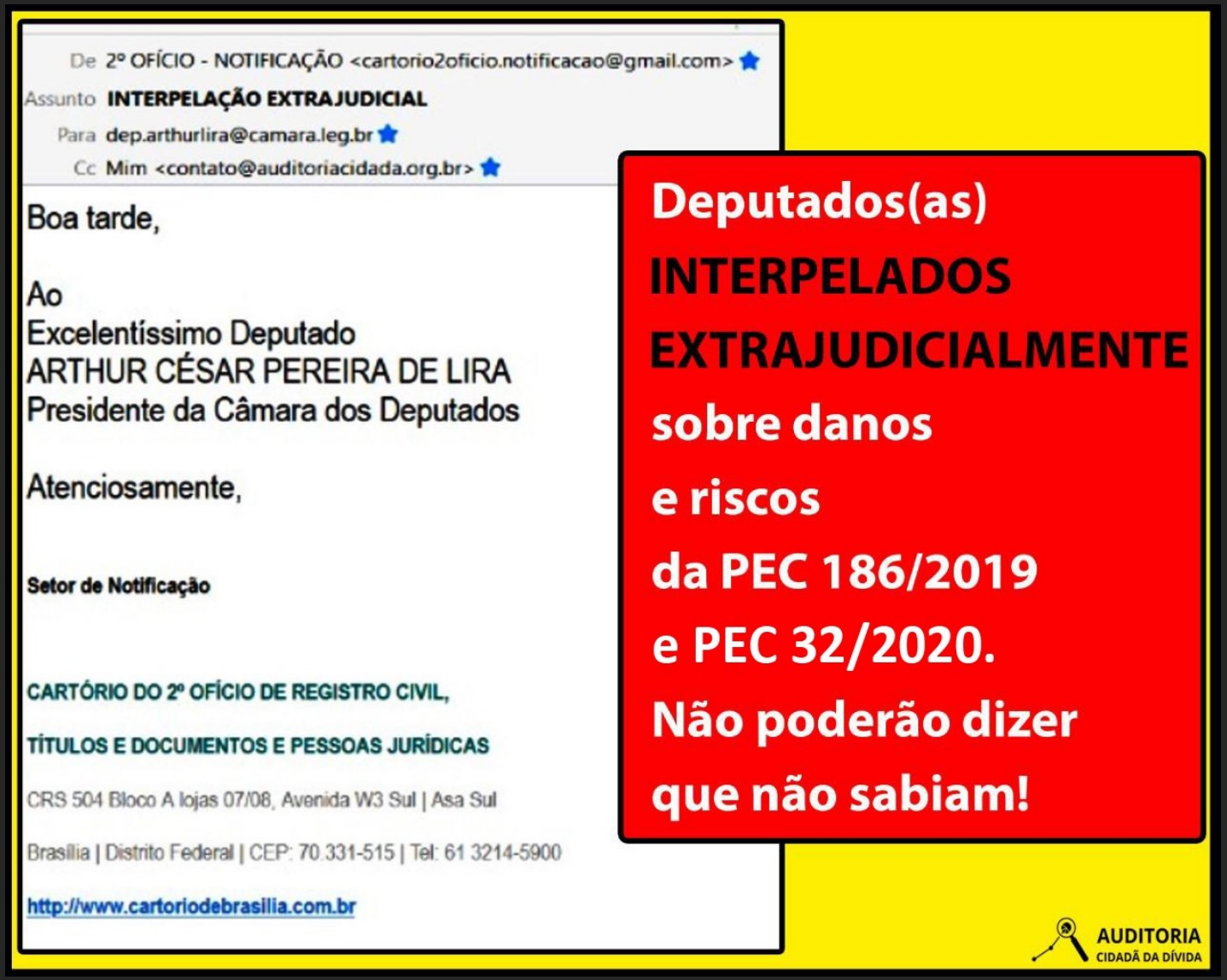
Diversos artigos produzidos pelo coletivo da ACD, por exemplo
https://bit.ly/3fNqrYp , https://bit.ly/3wAYNDR

PEC 186: Auditoria Cidadã fez a sua parte

- Live com o Ministro Ayres Britto https://bit.ly/36DnbZF
- A PEC 186 e a matrix das finanças públicas, por Gisella Colares Gomes https://bit.ly/38NqVJu
- Auxílio Emergencial versus auxílio permanente à burguesia, por José Menezes Gomes https://bit.ly/2OZM7Fd
- PEC 186/2019 e a supressão da dignidade da população brasileira. Quem são os privilegiados?, por Selma Alves Dios e Maria de Fátima de L. Pinel https://bit.ly/30QNXeb
- PEC Emergencial para quem? Por Lujan Miranda https://bit.ly/3tvyeha
- Desordem Democrática, Econômica e Social, por Rafael Muller https://bit.ly/38PmTk4
- Se PEC 186 for aprovada o Brasil ficará totalmente submisso aos interesses do mercado, por Maria Lucia Fattorelli https://bit.ly/3tx0j7Q
- Interpelação Extrajudicial a Deputados Federais sobre a PEC 186/2019 e a PEC 32/2020 https://bit.ly/3rQXtdf

ACD enviou INTERPELAÇÃO EXTRAJUDICIAL via Cartóri

https://bit.ly/3leLUtK



2 – PEC 32

https://auditoriacidada.org.br/video/video-16-ehoradevirarojogo/

PEC 32/2020
Conjuntura de "Crise Fabricada"

- Cenário de escassez fabricado pela "crise" desde 2014
- Falsa alegação de que o problema das contas públicas estaria no gasto com servidores públicos
- PEC 32 aponta para privatização e terceirização generalizadas, extinção de carreiras (processo que iniciará com o compartilhamento com o setor privado, Art. 37-A da PEC 32) e risco de fim do serviço público universal e gratuito

PROJETO CONECTADO COM O REGIME DE "RECUPERAÇÃO" FISCAL E OS INTERESSES DO MERCADO :

- Possibilidade de grandes negócios privados
- Desvio da arrecadação tributária: esquema de Securitização
- Estímulo ao endividamento que eterniza o Sistema da Dívida
- Submissão ao Comitê "biônico" que tem poderes ilimitados

Regime de "Recuperação" Fiscal

OBJETIVO:

- ✓ ***"para corrigir os desvios que afetaram o desequilíbrio das contas públicas"***

O que provocou o desequilíbrio das contas públicas ?

LEI COMPLEMENTAR 178/2021

(votada virtualmente dia 15/12/2020 na Câmara e no Senado, sem debate algum)

- Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal para Estados, DF e Municípios
- Adesão vinculada ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) – LC 159/2017
  - **Teto de gastos sociais e gastos com a estrutura do Estado**
  - Privatizações, Reforma Previdência, "leilões de pagamentos"
  - Incentivo ao endividamento com garantia da União
  - Dívidas com garantia da União poderão ser objeto de Securitização

SITUAÇÃO FINANCEIRA RIO DE JANEIRO

SUBTRAÇÃO HISTÓRICA DE RECEITAS DOS ESTADOS

✓ **DÍVIDA REFINANCIADA PELA UNIÃO**

Estoque inicial da dívida (1999) = R$ 15,25 BILHÕES

- Dívida Pública do Estado do RJ = R$ 11,37 BILHÕES
- PROES = R$ 3, 88 BILHÕES + PRIVATIZAÇÕES

Pagamentos (1998 a 2019) = R$ 29,57 BILHÕES

Estoque da dívida em 2019 = R$ 90,68 BILHÕES

Agravamento da situação com o RRF https://bit.ly/2Xw9Dhi

✓ **LEI KANDIR**

Perda de R$ 49,22 BILHÕES (1996 a 2015)
https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/pdfs/impactos-da-lei-kandir/arquivo-completo.pdf

✓ **INCENTIVOS FISCAIS INJUSTIFICADOS**

✓ **DESVIOS DE ROYALTIES P/ DELAWARE**

✓ **CONCENTRAÇÃO ESFERA FEDERAL**

AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS

➢ **IMPACTOS DA "CRISE FABRICADA"**

➢ **REGIME DE "IMPLOSÃO" FISCAL**

- Privilégio para gastos com a dívida
- Mais privatizações para pagar a dívida
- Teto para investimentos e gastos sociais para destinar mais dinheiro ao pagamento da dívida
- Comitê biônico inconstitucional (ADI 6844)

➢ **LEI KANDIR**:

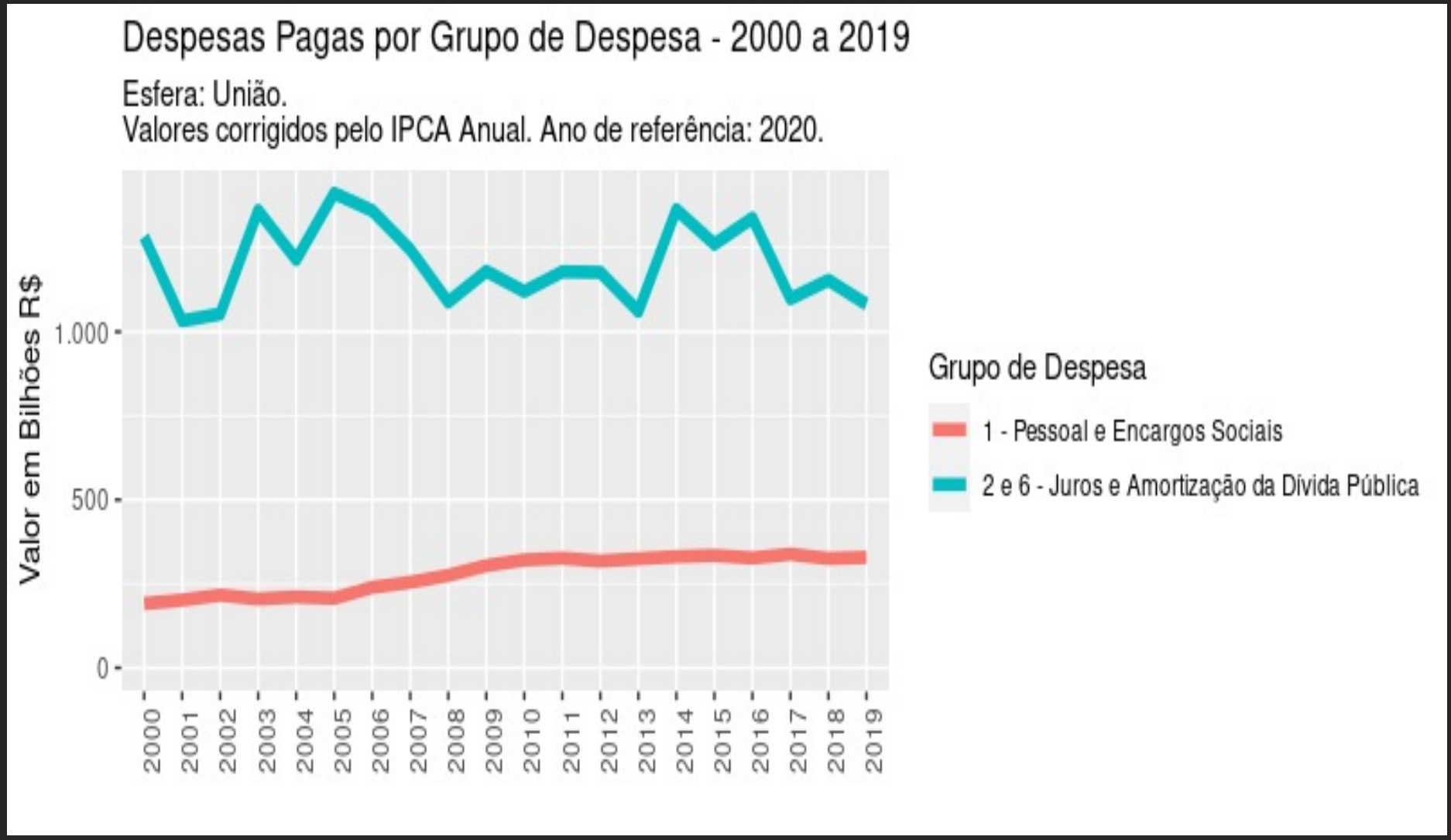
- Acordo rebaixado (STF)
- Fim do ressarcimento (EC 109)

➢ **SECURITIZACÃO DE CRÉDITOS**

- Perda de controle da arrecadação
- Geração ilegal de dívida pública

O PROBLEMA ESTÁ NOS SERVIDORES PÚBLICOS???

Comparativo entre os Gastos com a Dívida Pública e com PESSOAL e ENCARGOS (federal)



Fonte: Elaboração própria com dados do Painel do Orçamento Federal (SIOP/ME), disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS/Execucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS@pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>. Acesso em 17 set 2020.

Estados e Municípios: onde está o desequilíbrio?

- Gasto com estrutura do setor público é mais relevante que em âmbito federal, mas não é isso que causa o desequilíbrio
- O problema está localizado nas **subtrações de receitas** (dívida ilegítima, lei Kandir, incentivos e renúncias fiscais injustificadas, Securitização de Créditos Públicos) e na **concentração de receitas na esfera federal** (FPE e FPM insuficientes)

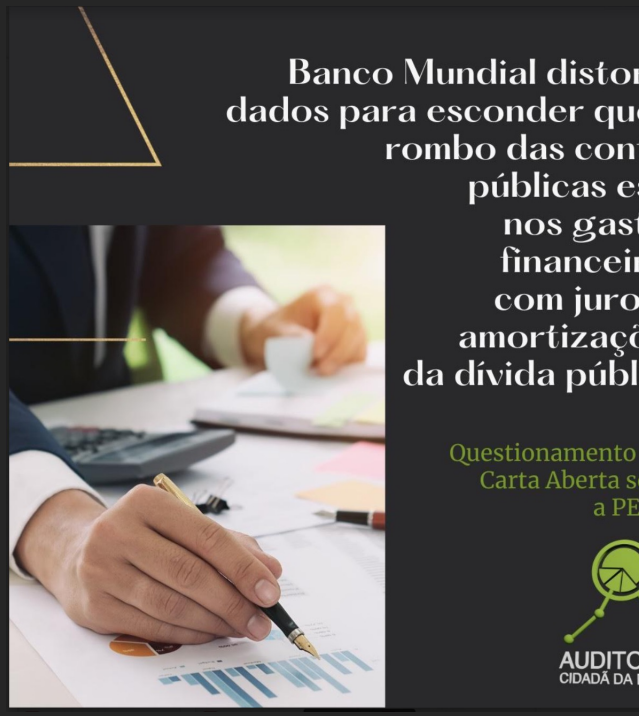
Carga Tributária por Ente Federativo

Entidade Federativa	2017			2018			Variação			
	Arrecadação [R$ milhões]	% do PIB	% da Arrecad.	Arrecadação [R$ milhões]	% do PIB	% da Arrecad.	Arrecadação [R$ milhões] Nominal	Arrecadação [R$ milhões] Real (1)	p.p. do PIB	p.p. da Arrecad.
União	1.448.349,32	22,00%	68,04%	1.547.402,45	22,46%	67,53%	99.053,14	51.468,49	0,46	-0,51
Estados	547.073,54	8,31%	25,70%	593.382,08	8,61%	25,90%	46.308,54	28.334,77	0,30	0,20
Municípios	133.189,98	2,02%	6,26%	150.622,55	2,19%	6,57%	17.432,57	13.056,69	0,16	0,32
Total	**2.128.612,84**	**32,33%**	**100,00%**	**2.291.407,08**	**33,26%**	**100,00%**	**162.794,24**	**92.859,95**	**0,93**	**0,00**

(1) Foi usado o deflator implícito do PIB para corrigir a arrecadação de 2018.

GÊNESE DA PEC 32/2020

*"... estudo do **Banco Mundial** (Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil), publicado em 2017, já evidenciava que **o gasto público é engessado em categorias como folha de pagamento e previdência social**, deixando pouco espaço para despesas discricionárias e de investimento. Mais recentemente, em outubro de 2019, novo estudo do mesmo Banco (Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem), ao analisar dados sobre a folha de pagamentos do Governo Federal e de seis Governos Estaduais, **corroborou a existência de uma série de distorções nos gastos com pessoal.***



BANCO MUNDIAL, braço do BIS, omite o gasto com o Sistema da Dívida, que é o maior gasto público e impede investimentos

PEC 32 desmonta a estrutura do Estado e abre a possibilidade para Privatização geral dos serviços

- Dados distorcidos apresentados pelo governo e Banco Mundial para "culpar" o serviço público e servidores:
  - PLOA 2021: escondem o gasto com a dívida
  - Mentira de "gasto excessivo" em 2 décadas em que produzimos superávit primário de R$ 1 trilhão e mesmo assim a dívida interna saltou de R$ 86 bilhões (1995) para R$ 4 trilhões (2015)
  - Cita crise, queda do PIB em 2015-2016 e tendência dos investimentos a zero e omite que a crise foi fabricada pela política monetária suicida do Banco Central
  - Mente ao citar "*prêmios salariais excepcionalmente altos*"
  - Mente ao dizer que há excesso de servidores
- Compartilhamento dos serviços públicos com o setor privado. Art. 37-A
- Chefias poderão ser ocupadas por pessoas de fora da carreira (**MP 1.042**)
- Danos aos servidores públicos: perda da estabilidade, RJU, carreiras
- DANOS À SOCIEDADE: risco de fim dos serviços públicos gratuitos e universais, insegurança e exclusão social

PEC 32 aponta para privatização e terceirização generalizadas, extinção de carreiras

(processo que iniciará com o compartilhamento com o setor privado, Art. 37-A)

e risco de fim do serviço público universal e gratuito

"Art. 37-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais para a regulamentação dos instrumentos de cooperação a que se refere o **caput**.

§ 2º Até que seja editada a lei federal a que se refere o § 1º, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão a competência legislativa plena sobre a matéria.

§ 3º A superveniência de lei federal sobre as normas gerais suspende, naquilo que lhe for contrário, a eficácia da lei estadual, distrital ou municipal.

§ 4º A utilização de recursos humanos de que trata o **caput** não abrange as atividades privativas de cargos típicos de Estado." (NR)

OPINIÃO

Mentiras e Riscos da PEC 32 WEB

Proposta de reforma administrativa é, na verdade, uma estratégia para destruir a estrutura do Estado e os serviços públicos e abrir caminho para a privatização e a terceirização

Por Maria Lucia Fattorelli / Publicado em 16 de junho de 2021

Pacote de maldades: ato de entrega do plano de reformas por Bolsonaro, Guedes e demais ministros, ao Congresso, em novembro de 2019

Últimas Notícias

Witzel: "o responsável pelos mais de 450 mil mortos tem nome, endereço e tem que ser responsabilizado"

Viva la muerte!

Vacinação: Sinpro/RS pede prioridade a professores de idiomas e cursos livres

Movimento de resistência ao ensino domiciliar lança o #VetaGovernadorPL170

Ainda precisamos de sindicatos?

https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2021/06/mentiras-e-riscos-da-pec-32/

INCONSTITUCIONALIDADES - PEC 32/2020

Ver audiência CCJ https://bit.ly/3fyxYs2

- Ausência de MOTIVAÇÃO
- Desvio de finalidade
- Descumprimento do princípio da Legalidade
- Violação a cláusulas pétreas *O constituinte originário se referiu às funções públicas como atribuições do Estado que são desempenhadas pelos seus agentes públicos.* A PEC 32 suprime o termo "função pública" e usa "vínculos": flagrante *redução das atribuições a serem exercidas diretamente pelo Estado.*
- Desaparelhamento do Estado
- Ofensa ao princípio da moralidade pública: retorno do apadrinhamento
- Rompimento da garantia fundamental de direitos e interesses coletivos, encerrando a proteção coletiva trazida pelo Estado Democrático de Direito
- Ofensa ao princípio da separação dos poderes
- Desregulamentação do serviço público
- Extinção do Regime Jurídico Único, precarizando a garantia de não-ingerência de interesses privados na Administração pública".

CARTILHA POPULAR

- Envio a todos os parlamentares via Correios
- Distribuição em Ato Público no DF
- Envio às entidades que encomendaram impressão
- Cobertura dos custos

AUDITORIA DA DÍVIDA

- ✓ **Prevista na Constituição Federal de 1988**
- ✓ **Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos**

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

https://bit.ly/3djrhKz

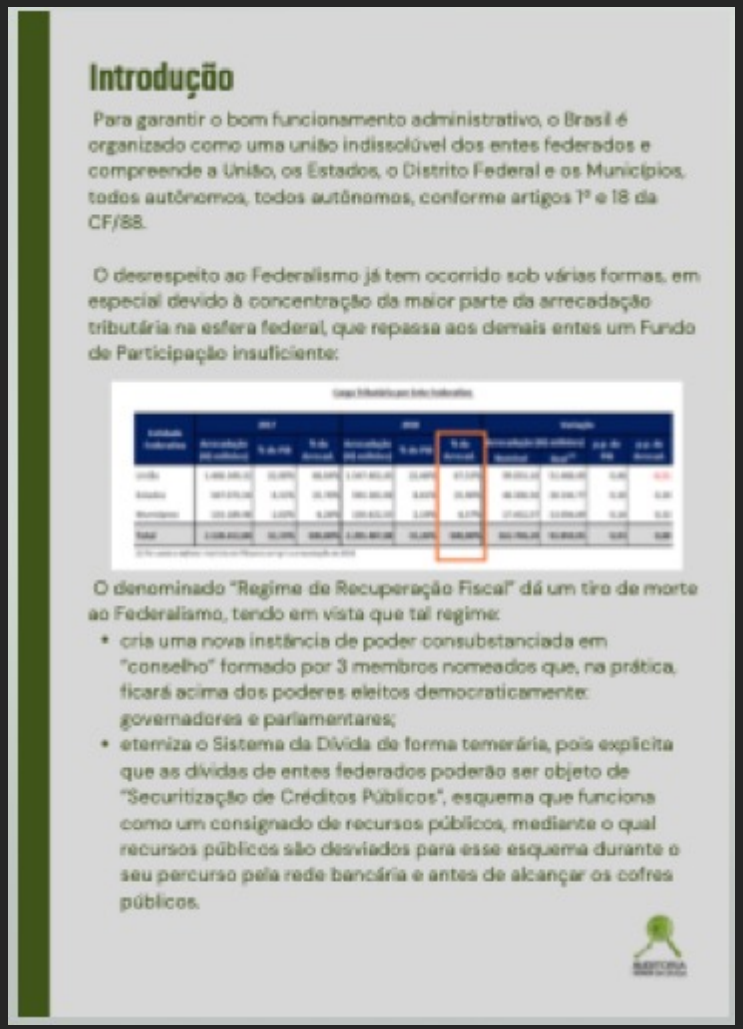
CONCLUSÃO

- CONHECIMENTO DA REALIDADE
- MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE
- AÇOES CONCRETAS
  - REJEITAR A PEC 32
  - INVESTIGAR O BANCO CENTRAL
  - AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
  - Participar das mobilizações www.auditoriacidada.org.br
  - É Hora de virar o Jogo

https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/

3 - AMEAÇA AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS: REGIME DE "RECUPERAÇÃO" FISCAL e "SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS"

- Novo artigo: ***A ameaça do Regime de Recuperação Fiscal*** disponível em https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-ameaca-do-regime-de-recuperacao-fiscal-por-maria-lucia-fattorelli/
- Proposta de diagramação para envio a autoridades:



Introdução

Para garantir o bom funcionamento administrativo, o Brasil é organizado como uma união indissolúvel dos entes federados e compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, todos autônomos, conforme artigos 1º e 18 da CF/88.

O desrespeito ao Federalismo já tem ocorrido sob várias formas, em especial devido à concentração da maior parte da arrecadação tributária na esfera federal, que repassa aos demais entes um Fundo de Participação insuficiente:

O denominado "Regime de Recuperação Fiscal" dá um tiro de morte ao Federalismo, tendo em vista que tal regime:

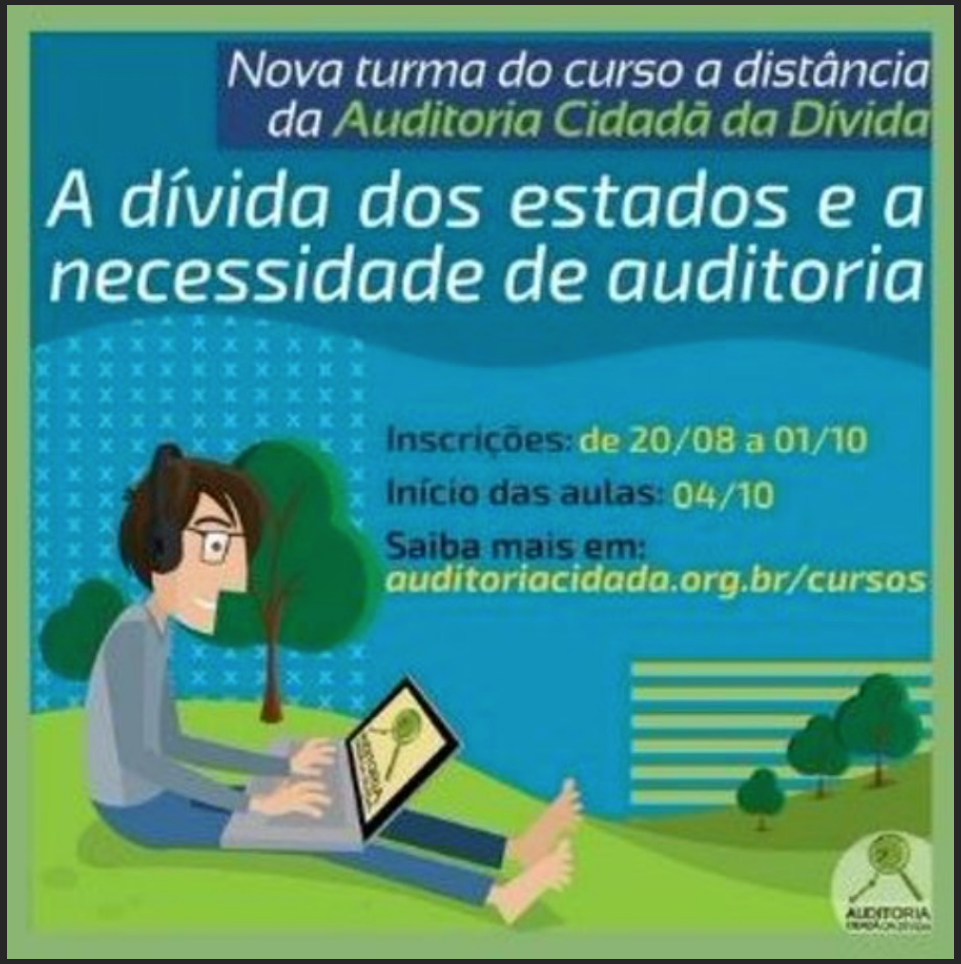
- cria uma nova instância de poder consubstanciada em "conselho" formado por 3 membros nomeados que, na prática, ficará acima dos poderes eleitos democraticamente: governadores e parlamentares;
- eterniza o Sistema da Dívida de forma temerária, pois explicita que as dívidas de entes federados poderão ser objeto de "Securitização de Créditos Públicos", esquema que funciona como um consignado de recursos públicos, mediante o qual recursos públicos são desviados para esse esquema durante o seu percurso pela rede bancária e antes de alcançar os cofres públicos.

4 - NÚCLEOS NOS ESTADOS

- Importância dos pedidos de informações para conhecimento da dívida dos estados e suas inconsistências, pois essa chamada dívida é a base para o RRF, entre outros danos

- Informes

5 - CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS



https://auditoriacidada.org.br/cursos/

Curso sobre a Dívida dos Estados

escolavirtual.anfip.org.br/course/view.php?id=4

Fale conosco : 0800 701-6167 E-mail : escolavirtual@anfip.org.br

Escola Virtual

Página principal Cursos Primeiros passos Pergunt

A dívida dos estados e a necessidade de auditoria

Página inicial / Meus cursos / ACD

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Material de Estudo

Menu

Sumário
Introdução
Unidade 1
Unidade 2
Aula 5
Aula 6
Aula 7
Aula 8
Unidade 3
Unidade 4
Referências
Glossário
Versão para Impressão

mercado secundário muito abaixo desse valor corresponde a uma evidente transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado que detinha tais títulos.

Ao trocar títulos estaduais desvalorizados por títulos federais – a 100% de seu valor nominal – os detentores daqueles títulos foram altamente beneficiados. Sequer foi considerada a possibilidade de os estados arrematarem tais dívidas em mercado, o que significaria a anulação de expressiva parcela do estoque dessas dívidas.

Saiba++

Menu

Sumário
Introdução
Unidade 1
Aula 1
Aula 2
Aula 3
Aula 4
Unidade 2
Unidade 3
Unidade 4
Referências
Glossário
Versão para Impressão

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

1. A financeirização mundial e o Sistema da Dívida
2. O poder do sistema bancário mundial e a desregulamentação financeira
3. Breves considerações sobre as experiências institucionais de auditoria da dívida em outros países (Equador e Grécia), e assessorias técnicas a investigações parlamentares (CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados e CPI da PBH Ativos S/A na Câmara Municipal de Belo Horizonte)

1.2. A Financeirização Mundial e o Sistema da Dívida

A lógica do endividamento dos estados brasileiros está inserida no contexto da financeirização mundial, razão pela qual iniciamos a abordagem do presente curso com breve análise da conjuntura global de crise financeira, que afetou fortemente o endividamento público em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, com reflexos para os entes federados.

A compreensão sobre a origem da crise localizada no sistema bancário, que teve como sua principal causa a extrema especulação possibilitada pela emissão desenfreada de "produtos financeiros" [?] devido à falta de regulamentação do funcionamento do sistema financeiro, é fundamental para prevenir o aprofundamento do contágio que já está ocorrendo em nosso país – tanto em âmbito federal como nas esferas estaduais e municipais – devido a mecanismos que vêm sendo criados, como o da "Securitização de Créditos" [?] por exemplo, que estudaremos em aulas seguintes deste curso.

O mais grave é que o risco de transferência da crise não se deve ao simples fato de que "o mundo está globalizado e o contágio é inevitável", como estampam grandes meios de comunicação, mas sim pela adoção de medidas concretas que necessariamente provocarão a importação direta dessa crise. Tais medidas devem ser transparentadas para a sociedade que, ao final, arca com as consequências das crises. O processo de mobilização social consciente poderá contribuir para estancar esse processo.

1.2.1. Crise do Sistema Financeiro

A atual crise financeira deflagrada nos Estados Unidos da América do Norte (EUA) em 2008, logo espalhada por toda

Material de Estudo

Menu

Sumário
Introdução
Unidade 1
Unidade 2
Aula 5
Aula 6
Aula 7
Aula 8
Unidade 3
Unidade 4
Referências
Glossário
Versão para Impressão

MT	801.675.465,33	11.07.99	776.268.937,42	25.406.527,91			776.268.937,42	973.379.763,17
					193.110.825,75	22.01.99	193.110.825,75	
					4.000.000,00	12.05.04	4.000.000,00	
PA	274.495.064,33	30.03.98	261.160.017,16	13.335.047,17			261.160.017,16	388.573.691,75
					127.413.674,59	22.01.99	127.413.674,59	
PB	266.313.611,15	31.03.98	244.255.759,02	22.057.852,13			244.255.759,02	244.255.759,02
PE	143.452.725,28	23.12.97	137.382.613,70	6.070.111,58			137.382.613,70	1.381.921.845,35
					1.244.539.231,65	27.08.98	1.244.539.231,65	
PI	250.654.937,41	20.01.98	240.522.006,80	10.132.930,61			240.522.006,80	394.873.280,30
					69.082.818,95	24.02.00	69.082.818,95	
					76.800.611,28	06.09.00	76.800.611,28	
					8.467.843,27	26.11.08	8.467.843,27	
PR	519.944.406,98	31.03.98	462.339.013,75	57.605.393,23			462.339.013,75	5.659.969.457,52
					2.404.921.473,26	05.03.99	2.404.921.473,26	
					282.442.089,93	05.03.99	282.442.089,93	
					136.751.181,79	16.06.99	136.751.181,79	
					735.008.235,81	01.12.99	735.008.235,81	
					1.638.507.462,98	22.12.99	1.638.507.462,98	
RJ	18.536.808.277,61	29.10.99	15.246.423.172,58	3.290.385.105,03			15.246.423.172,58	15.246.423.172,58
RN	74.754.494,62	26.11.97	73.961.737,77	792.756,85			73.961.737,77	178.906.730,13
					100.944.992,36	18.03.99	100.944.992,36	
					4.000.000,00	22.12.99	4.000.000,00	
RO	146.950.101,90	12.02.98	143.677.138,71	3.272.963,19			143.677.138,71	692.876.890,41
					549.199.751,70	20.05.98	549.199.751,70	
RR	7.247.682,08	25.03.98	6.601.029,01	646.653,07			6.601.029,01	46.580.737,11

6 - QUESTIONAMENTO A ANDRÉ MENDONÇA SOBRE PARECER EQUIVOCADO DA AGU

- Interpelação Extrajudicial
- Ferramenta: com um clique, PRESSIONE https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pressione-contra-o-parecer-equivocado-da-agu/

ACD interpela
André Mendonça (AGU)

Assunto: INTERPELAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Data: Fri, 23 Jul 2021 17:00:14 -0300
De: 2º OFÍCIO - NOTIFICAÇÃO <cartorio2oficio.notificacao@gmail.com>
Para: gabinete.ministro@agu.gov.br

Boa tarde,

Ao
Excelentíssimo Sr.
DR. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Advogado Geral da União

Segue notificação extrajudicial registrada eletronicamente.

Atenciosamente,

Setor de Notificação

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
CRS 504 Bloco A lojas 07/08, Avenida W3 Sul | Asa Sul
Brasília | Distrito Federal | CEP: 70.331-515 | Tel: 61 3214-5900
http://www.cartoriodebrasilia.com.br

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Esquema da "Securitização de Créditos Públicos" funciona como uma espécie de EMPRÉSTIMO CONSIGNADO ilegal, envolvendo robustas garantias públicas:

- Entrega do fluxo de arrecadação;

- Tributos pagos pelos contribuintes são desviados, antes de chegar aos cofres públicos, para pagar essa dívida ilegal;

- Mais garantias de recomposição do fluxo de arrecadação, em qualquer eventualidade.

Como a AGU pode dizer que tal operação não envolveria garantias públicas?

7 - CARTA AOS MINISTROS DO STF SOBRE INDEPENDENCIA DO BANCO CENTRAL - ADI 6696

Apresentação da proposta e deliberação

8 - INCONSTITUCIONALIDADES DA LEI 14.185/2021 QUE LEGALIZA A BOLSA-BANQUEIRO E REVOGA PARTE DA CHAMADA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

9 - RETOMADA DO JULGAMENTO DA AÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA AUDITORIA DA DÍVIDA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

https://bit.ly/37Cw5HA

DECISÃO JUDICIAL histórica Juiz Waldemar Claudio de Carvalho, da 14ª. Vara da Justiça Federal de Brasília determinou a instalação de CPI Mista para cumprir o art. 26 do ADCT da CF/88 e realizar auditoria da dívida pública https://goo.gl/h1JeLU

- **AGU e Senado imediatamente ingressaram com pedido de derrubada da liminar:** Mediante despacho individual do presidente do TRF-1, desembargador Carlos Moreira Alves, derrubou a liminar com base no disposto no Art. 4º da Lei 8.437/1992: ***(...) em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas."***

- **Ausência de auditoria é que tem levado o Brasil ao caos**

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-ausencia-da-auditoria-e-que-tem-levado-o-pais-ao-caos-por-maria-lucia-fattorelli/

Advogados Diego Cherulli e Guilherme Portanova apresentaram AGRAVO contra a cassação da liminar

Petição inicial e Contrarrazões disponíveis em:

https://goo.gl/EBVwir

Parecer favorável do Procurador Regional da República

https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Parecer-do-Ministerio-Publico-ACP-Auditoria-da-Divida-.pdf

10 - II CONCURSO DE POST E REDAÇÃO

Prazo para apresentação dos trabalhos até 30/09

EDITAL e materiais

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/2-concurso-de-posts-e-redacoes-inscricoes-abertas/

Novidades:

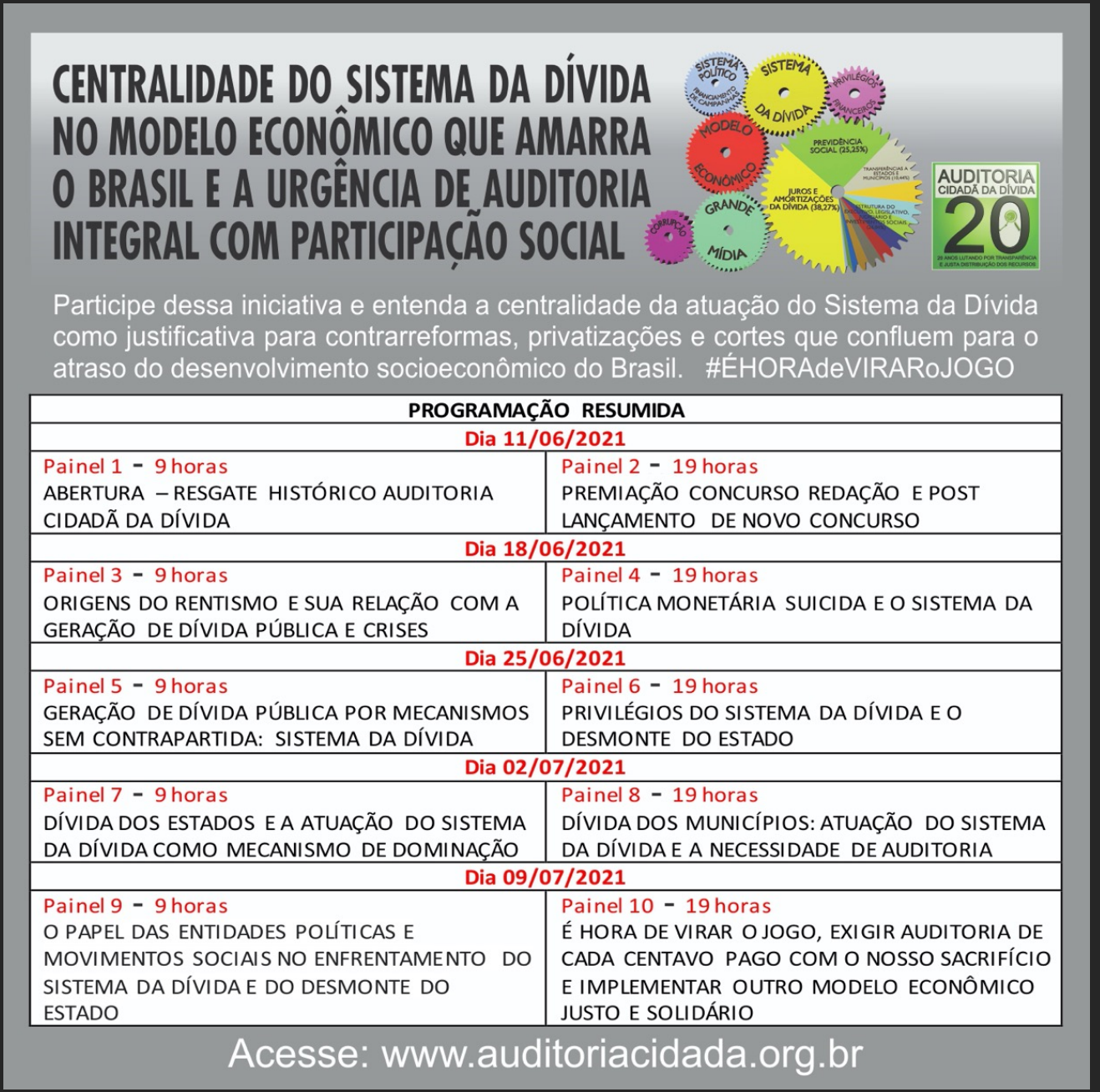
- Aulão
- Monitoria

11 – AVALIAÇÃO SOBRE O SEMINÁRIO NACIONAL CELEBRATIVO DOS 20 ANOS DA ACD

10 Painéis

Participação dos Núcleos, palestrantes preferencialmente Professores(as)

Quem não conseguiu acompanhar, pode acessar a programação completa:



https://auditoriacidada.org.br/conteudo/seminarionacionalacd2021/

12 – SEMINÁRIOS REGIONAIS VIRTUAIS

- Contrarreforma do Estado e a dívida pública, envolvendo as três esferas do serviço público:
  - PEC 32
  - "Regime de Recuperação Fiscal"
  - EC 109
  - Sistema da Dívida

- Apresentação: Prof. José Menezes Gomes

13 – NOVA FASE DA CAMPANHA "É HORA DE VIRAR O JOGO"

VÍDEO

https://auditoriacidada.org.br/video/exigimosauditoria/

CAMPANHA EM ANDAMENTO

https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/

24 vídeos, textos, cartas autoridades

NOVA APRESENTAÇÃO

VÍDEOS

INICIANDO A VIRADA DO JOGO – Vídeo 1
#EHORAdeVIRARoJOGO

A DESIGUALDADE DO JOGO – Vídeo 2
#EHORAdeVIRARoJOGO

ETAPA 01

ESTAMOS PERDENDO FEIO ESSE JOGO

Todos nós, brasileiros e brasileiras, temos sido submetidos a um jogo só, um único tabuleiro, onde as peças do jogo correspondem às diversas medidas econômicas que implementam o cenário de escassez.

Essas medidas prejudicam as pessoas e toda a economia do país, ao mesmo tempo em que alimentam os privilégios da chamada Dívida Pública, que consome cerca de 40% do dinheiro do orçamento federal todo ano e nunca foi integralmente auditada, apesar das diversas ilegitimidades e ilegalidades históricas, comprovadas até por Comissões do Congresso Nacional.

VEJA MAIS

ETAPA 02

O BRASIL É O PAÍS DA ABUNDÂNCIA

Para entendermos como podemos virar esse jogo é necessário estarmos cientes das nossas imensas possibilidades.

O Brasil é o país da abundância, com riquezas impressionantes, sob todos os aspectos!

Temos petróleo, nióbio e diversos minerais estratégicos; a maior reserva de água doce do planeta; grande extensão de terras agricultáveis; clima favorável; ricas florestas, cerrados, praias; todas as matrizes energéticas; riqueza humana e cultural impressionantes, além de outras riquezas financeiras que comentaremos na próxima publicação.

VEJA MAIS

16 DE OUTUBRO, 2020

PEC 32 É REFORMA IDEOLÓGICA A MANDO DO BIS – Vídeo 16 #EHORAdeVIRARoJOGO

16 DE OUTUBRO, 2020

OS QUATRO EIXOS QUE TRAVAM NOSSA ECONOMIA – Vídeo 15 #EHORAdeVIRARoJOGO

15 DE OUTUBRO, 2020

O SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA, A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA E O RISCO PARA...

É HORA DE VIRAR O JOGO https://bit.ly/33bVDd0

CAMPANHA GANHA MÚSICA

04 DE NOVEMBRO, 2020

Música É Hora de Virar o Jogo – meditação com Arun pelo Brasil

https://youtu.be/RAVhuos5sLY

14 - CONVITE PARA QUE A ACD APOIE O PORTAL DA VACINA

www.portaldavacina.com.br

Deliberar

15. PEDIDO DE DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Criação de facilitador para doações no site, por meio do PagSeguro https://auditoriacidada.org.br/doacao/
- Criação de **PIX**

AGORA VOCÊ TAMBÉM PODE DOAR PARA A ACD USANDO O PIX

Chave Pix CNPJ:

12 537 204 0001 45

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

20

20 ANOS LUTANDO POR TRANSPARÊNCIA E JUSTA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

16 – APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA DA COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB)

- CONVITE para participação em grupos de pesquisa

- Divulgação da cartilha círculos bíblicos "Auditoria da Dívida Pública: vamos fazer?" produzida pela CNBB

https://www.edicoescnbb.com.br/produto/circulos-biblicos-auditoria-da-divida-publica-vamos-fazer--70285

HONRA IMENSA para a Auditoria Cidadã da Dívida:

Comissão Especial para o Ano Nacional do Laicato da CNBB utiliza nosso texto para construir cartilha para os Círculos Bíblicos

Divulguem!

Participem!

CÍRCULOS BÍBLICOS
" Auditoria da dívida pública: vamos fazer? "

1. BRASIL: Realidade de abundância e cenário de escassez

2. O que sustenta o cenário de escassez

3. Sistema da Dívida: maior responsável pelo Cenário de Escassez

4. Novo mecanismo perverso "gera" dívida pública e sequestra arrecadação tributária

5. Auditoria da dívida pública: vamos fazer?

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli